

De Janeiro de 1996 a Dezembro de 2001 — integrada na Divisão de Organização e Sistemas de Informação do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho a executar diversas funções, designadamente:

- Apoio na implementação da reforma da administração financeira do Estado;
- Administração de SGBD Oracle;
- Administração dos sistemas UNIX dos Serviços Centrais do IDICT.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 22 411/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Outubro de 2005 do director nacional, proferido no uso da competência delegada pelo despacho n.º 13 626/2005 (2.ª série), é promovido ao posto de subcomissário do quadro com funções policiais o chefe M/131572, António Joaquim Rodrigues Coimbra, classificado n.º 38, que frequentou o 4.º Curso de Formação de Subcomissário, com efeitos reportados a 30 de Junho de 2005, ficando posicionado no escalão 2, índice 265, da tabela salarial em vigor para a PSP.

14 de Outubro de 2005. — Pelo Director, a Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, *Leopoldina Pereira*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 22 412/2005 (2.ª série). — *Lista n.º 40/05.* — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Outubro de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e República Federativa do Brasil e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Noélia Rodrigues de Oliveira	7-6-50
Oséias Santos Souza	27-11-73
Niciene Ramos de Souza	9-1-79
Cleide Mazza	13-2-70
Gabriel Neves Marcelino	27-2-77
Ronilda Aparecida dos Santos Contreiras	20-2-79
Vilson Stumpf	21-10-72
Joel Luiz de Paula	13-10-48
Eliane Diniz Moreira	6-8-72
Alessandra Adame Barros de Oliveira Sondermann	28-7-85
Luiz Claudio Sondermann	18-6-57
Rosângela Adame Barros de Oliveira Sondermann	1-12-63
Fabiano Ramos Verçosa	15-1-77

12 de Outubro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 22 413/2005 (2.ª série). — *Lista n.º 41/05.* — Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 6 de Outubro de 2005, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres e de direitos políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil e nos termos dos artigos 15.º e 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com os artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos seguintes cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Katia Werneck Torres Homem	3-3-1963
Marise Britto de Araújo	25-5-1951
Fernando José Morais de Medeiros	10-10-1978

12 de Outubro de 2005. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 22 414/2005 (2.ª série). — Considerando que a licenciada Maria de Fátima Machado Grilo, inspectora superior da carreira de investigação e fiscalização do SEF, completa os três anos da comissão de serviço no cargo de subdirectora central de Fronteiras,

responsável pelo PF201, cargo de direcção intermédia do 2.º grau, em 16 de Dezembro de 2005;

Considerando que a referida dirigente deu cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto;

Considerando o relatório de demonstração das actividades prosseguidas e os resultados obtidos por aquela dirigente, determino:

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 21.º, n.º 8, e 24.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, renovo a comissão de serviço da licenciada Maria de Fátima Machado Grilo no cargo de subdirectora central de Fronteiras, responsável pelo PF201, com efeitos a partir de 17 de Dezembro de 2005.

13 de Outubro de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Despacho n.º 22 415/2005 (2.ª série). — Considerando que se encontra concluído o procedimento relativo à selecção para provimento do cargo de coordenador do Gabinete de Documentação, Comunicação e Relações Públicas, cargo de direcção intermédia, do quadro de pessoal dirigente deste Serviço, publicitado em 10 de Junho de 2005;

Considerando que o cargo de coordenador do Gabinete de Documentação, Comunicação e Relações Públicas do quadro de pessoal dirigente do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras é, nos termos do n.º 4 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, equiparado a chefe de divisão;

Considerando que a licenciada Maria Alexandra Pimenta Ribeiro Lucas Martins, especialista superior de nível 3 da carreira de apoio à investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, é, pela sua experiência profissional, detentora de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de coordenador do Gabinete de Documentação, Comunicação e Relações Públicas, correspondendo assim ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do Serviço;

Assim, nos termos e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço a licenciada Maria Alexandra Pimenta Ribeiro Lucas Martins, do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, coordenadora do Gabinete de Documentação, Comunicação e Relações Públicas, cargo de direcção intermédia de 2.º grau.

14 de Outubro de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Síntese curricular

Maria Alexandra Pimenta Ribeiro Lucas Martins, licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1987.

Especialista superior de nível 3 da carreira de apoio à investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

De 1989 a 1991 desempenhou funções de jurista na Divisão de Economia da Água da Direcção-Geral dos Recursos Naturais.

De 1991 a 1996 exerceu advocacia.

Em Março de 1996 ingressou no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

De 1996 a 1997 exerceu funções no Gabinete Jurídico.

De 1997 a 2000 exerceu funções na área das nacionalidades, quer enquanto inserida na Divisão de Estrangeiros, quer quando autonomizada organicamente, passando a Departamento de Nacionalidade.

Em 2000 exerceu funções no âmbito do Grupo de Regularização Extraordinária de Imigrantes.

Em de Outubro de 2000 exerceu funções no Departamento de Operações, assessorando o respectivo chefe do Departamento.

Desde 2002 exerceu funções no Gabinete Jurídico do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Em 2005 foi nomeada chefe do Núcleo de Comunicação e Relações Públicas.

Participou em júris de concursos, internos e externos.

Foi formadora na área da Lei da Nacionalidade no estágio de inspectores-adjuntos de nível 3 da carreira de investigação e fiscalização.

Representou o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no evento «Profissões e profissionais do direito» na Universidade Católica do Porto.

Despacho n.º 22 416/2005 (2.ª série). — Considerando que se encontra concluído o procedimento relativo à selecção para provimento do cargo de chefe do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, cargo de direcção intermédia, do quadro de pessoal dirigente deste serviço, publicitado em 6 de Junho de 2005;

Considerando que o cargo de chefe do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial do quadro de pessoal dirigente do Serviço

de Estrangeiros e Fronteiras é, nos termos do n.º 4 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, equiparado a chefe de divisão;

Considerando que a licenciada Maria Dulce Vaz Almeida Freitas Costa, especialista superior do nível 5 da carreira de apoio à investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, é, pela sua experiência profissional, detentora de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de chefe do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, correspondendo assim ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do Serviço;

Assim, nos termos e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço a licenciada Maria Dulce Vaz Almeida Freitas Costa, do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, chefe do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, cargo de direcção intermédia de 2.º grau.

14 de Outubro de 2005. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

Currículo síntese

Maria Dulce Vaz de Almeida de Freitas Costa, licenciada em Finanças pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, técnica superior de 1.ª classe.

Percurso profissional:

Em Janeiro de 1981 desempenhou funções na Direcção-Geral da Organização Administrativa como técnica superior de 1.ª classe, na área de gestão e planeamento de projectos, nomeadamente na concepção e implementação do sistema de contabilidade de custos, na participação no grupo de trabalho para realização do projecto «Adequação das necessidades financeiras face às exigências determinadas pelo cálculo de custos de projectos e programas, tentativa de estabelecimento de orçamento-programa» e na implementação de vários sistemas de informação para gestão, como a elaboração de planos anuais de acção e relatórios de actividades;

Em Março de 1986 foi requisitada para o Instituto de Informática do Ministério das Finanças;

Desde 1 de Junho de 2004 está requisitada no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, onde tem exercido funções no Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial, coadjuvando a directora central de Gestão e Administração.

Formação profissional:

Curso «Metodologias e técnicas de organização», na DGEFAP; Curso «Controlo de gestão e sistemas de informação para gestão» na Norma;

Colóquio sobre «Desenvolvimento de projectos de formação» na DGEFAP;

Estágio sobre «Métodos e técnicas base da contabilidade analítica» na CEGOC;

Curso de «Tecnologia da gestão moderna II» na DGEFAP; Frequência do curso de preparação pedagógica de formadores na DGEFAP;

Colóquio sobre «Metodologia do planeamento informático» na DGEFAP;

Estágio, em Berna, sobre modelos de gestão integrada; Curso POCP — Plano Oficial de Contabilidade Pública, no Instituto de Informática;

Curso «Sistema de gestão de receitas» no Instituto de Informática.

Formação ministrada:

Monitoragem do módulo «Sistemas de informação para gestão» nos cursos de M. T. O. e de técnicas de análise da informação administrativa, DGEFAP;

Monitoragem do módulo «Contabilidade de gestão» em quatro cursos de «Tecnologia de gestão moderna I» realizados na DGEFAP, em Coimbra, e para funcionários do Alfeite;

Monitoragem dos módulos «Contabilidade de gestão» e «Orçamento por programa» no Funchal.

Trabalhos realizados:

Colaboração na elaboração e redacção do manual do orçamento-programa;

Colaboração na elaboração do trabalho «Reorganização de circuitos do Ministério da Reforma Administrativa».

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22 417/2005 (2.ª série). — Nos termos e ao abrigo do disposto do artigo 27.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, determino, a seu pedido, a cessação das funções exercidas no meu Gabinete em regime de destacamento de Manuela Maria Sarilho, assistente administrativa especialista do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

7 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Despacho n.º 22 418/2005 (2.ª série). — Atendendo a que Portugal ratificou o Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e o Protocolo de Proibição Total de Ensaios Nucleares, bem como os respectivos anexos, adoptados pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 50/245, de 9 de Setembro de 1996, aprovados na ordem jurídica interna pela Resolução da Assembleia da República n.º 44/2000 e ratificados pelo Decreto do Presidente da República n.º 26/2000, ambos de 24 de Maio, com o instrumento de ratificação depositado junto do Secretário-Geral das Nações Unidas em 26 de Junho de 2000;

Considerando que pela resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2001, de 9 de Agosto, foi constituída a autoridade nacional do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares, órgão de ligação directa com a Organização do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares e com os outros Estados Partes para garantir o cumprimento das obrigações decorrentes da ratificação do Tratado;

Tendo em conta que a importância do problema e as complexas vertentes político-diplomáticas e sectoriais inerentes a este Tratado aconselham a nomeação de um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros para presidir à autoridade nacional e acompanhar a questão:

1 — Designo o ministro plenipotenciário de 1.ª classe Rui Nogueira Lopes Aleixo para desempenhar as funções de responsável pelo acompanhamento das questões relativas ao Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares, presidindo à respectiva autoridade nacional.

2 — No exercício dessas funções, o responsável é equiparado a titular de cargo de direcção superior de 1.º grau (director-geral).

3 — A presente nomeação terá a duração de 12 meses, com efeitos a partir de 14 de Outubro de 2005.

17 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 22 419/2005 (2.ª série). — Considerando que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Fabrízio Croce licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que o mesmo, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Determino que, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Fabrízio Croce pelo período de um ano, com efeitos a 1 de Outubro de 2005.

1 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 9405/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 4.1 da parte II do Regulamento de Avaliação Permanente do Pessoal do Grupo de Administração Tributária, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 11 de Janeiro de 2005, notificam-se os interessados que o projecto de classificação do teste realizado pelos inspectores tributários de nível 1 no dia 1 de Outubro de 2005, bem como a respectiva classificação final resultante da apli-